DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Publicado na Edição de 22 de outubro de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

ATA Nº CRH EXTRAORDINÁRIA , DE 6 DE OUTUBRO DE 2026

Data: 13 de julho de 2026

Horário: 14 horas

Local: Auditório do CONSEMA, Avenida Professor Frederico Hermann Jr. 345, Prédio 6 – São Paulo (sede da SEMIL)

Modalidade: Híbrida

Presidência: Natália Resende – Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretária-Executiva: Marcela Nectoux

Conselheiros presentes:

a. **Conselheiros pelo segmento Estado:**

· Cristiano Kenji Iwai, Subsecretário de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, representando a Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende;

· Marcela Nectoux, Diretora de Recursos Hídricos e Secretária Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH;

· Eliane Pérola Maizel, representando a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

· Renata Hehl Prestes, representando a Secretaria da Educação;

· Luís Sérgio O Valentin, representando a Secretaria da Saúde;

· Antoniane Arantes de Oliveira Roque, representando a Secretaria da Agricultura e Abastecimento;

· Augusto Olavo Leite, representando a Subsecretaria de Logística e Transportes/SEMIL;

· Eduardo Walmsley Soares Carneiro representante da Secretaria da Fazenda e Planejamento;

· Rogério Dias Correia, Secretaria de Governo e Rel Institucionais;

· Rosangela Pereira, representando a Casa Civil.

b) Conselheiros pelo segmento Municípios:

· Grupo 1: José Eduardo Victorino, representando o Prefeito Walid Ali Hamid, PM de Mairiporã;

· Grupo 2: Maria Victoria Cunha representando o Prefeito Carlos Ed Pereira da Silva PM Campos do Jordão; Marcelo Manara, representando o Prefeito Anderson Farias Ferreira, PM São José dos Campos;

· Grupo 3: Valdir Pereira Ramos Filho, representando o Prefeito Alberto Mourão, PM de Praia Grande;

· Grupo 6: Carlos Pereira, Prefeito de Valparaíso;

· Grupo 7: Tais Fernanda Maimoni Contieri Santana, PM de Cafelândia;

· Grupo 8: Edvaldo Antonelo Pereira representando o Prefeito Rodrigo Batista Gonçalves, PM Ilha Solteira;

· Grupo 11: Daniel Bocalão Junior, representando o Prefeito Gustavo Martinelli, PM de Jundiaí e José Carlos de Quevedo Jr, Prefeito de Araçoiaba da Serra.

c) Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil:

· I Usuários Industriais: Alexandre Vilella, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP;

· II Usuários Agroindustriais: Elaine Ap. Maduro Costa, Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto – ABAG-RP;

· III Usuários Agrícolas: Renato Traballi Veneziani, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo – FAESP, Vitor Pereira Pinto, ASPIPP - Associação do Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha;

· V Usuários de Abastecimento Público: Luís Filipe Rodrigues, ASSEMAE; André Luis Gois Rodrigues, Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto – ABCON;

· VI Associações, Sindicatos e Entidades especializadas em Recursos Hídricos: Helífax Pinto de Souza, Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SINTAEMA; Luis Eduardo Grisotto, ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Francisca Adalgisa da Silva, Associação dos Profissionais Universitários da SABESP, Mateus Delatim Simonato, ABGE - Associação Brasileira de Geologia e Engenharia Ambiental;

· VII Entidades Ambientalistas ou de Defesa de Interesses Difusos: Amauri Pollachi, Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento – ONDAS; Rui Brasil Assis, Rotary International.

d) Convidados com direito à voz:

· Alexandra Facciolli Martins, Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP;

· Prof. Dr. Chang Hung Kiang, Universidade Estadual de São Paulo – UNESP;

· Prof. Dr. Antonio Cezar Leal – UNESP;

· Prof. Dr. José Rodolfo Scarati Martins – USP;

· Gisele Novack Diana, Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - PGE;

· Neiroberto Silva, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA/SP;

· Drª. Cristiane Barbuglio, Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo;

· Lilian B Peres, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

Aos 13 de julho de 2026, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, sob a condução da Secretaria Executiva do Conselho. Na abertura, foi registrado que houve ajuste na data da reunião, mantido, contudo, o calendário e a frequência ordinária dos encontros. Foram destacadas como principais matérias da pauta duas deliberações, relacionadas ao Programa PROGESTÃO e à alteração do prazo dos mandatos dos representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica, além de apresentação da Coordenação Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais – CTAJI acerca da representação nos colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH e de diversas comunicações.

1. Abertura

Na abertura, foram registradas as boas-vindas aos conselheiros e participantes, especialmente a Carlos Pereira, Prefeito de Valparaíso, em sua primeira participação no CRH, e a Rogério Dias Correia, da Secretaria de Governo e Relações Institucionais.

Foi informado que a Secretária não participaria diretamente da condução da reunião, sendo representada por Cristiano Kenji Iwai, Subsecretário de Recursos Hídricos e Saneamento Básico. Na sequência, passou a condução dos trabalhos à Marcela Nectoux, Diretora de Recursos Hídricos e Secretária Executiva do CRH.

2. Apreciação da ata da Reunião Extraordinária de 02/04/2026

Foi submetida à apreciação a ata da reunião anterior, realizada em 2 de abril. Considerando que o documento havia sido previamente encaminhado aos conselheiros juntamente com o material de convocação, foi dispensada sua leitura.

Foram destacados os principais assuntos tratados na reunião anterior, entre eles: o avanço do Programa IntegraBacias; a apresentação do Capacita-SIGRH; a apresentação da Defesa Civil sobre gestão de riscos e utilização de recursos para projetos dessa natureza; as atividades alusivas ao Dia Mundial da Água; a apresentação sobre a deliberação geral de outorgas da SP-Águas; a aprovação do roteiro metodológico relacionado ao IntegraBacias; e a aprovação do Relatório de Situação.

Também foi registrado que haviam sido apontados, na reunião anterior, aspectos de melhoria a serem incorporados à elaboração dos próximos Relatórios de Situação.

Não havendo manifestações ou propostas de alteração, a ata da reunião de 2 de abril foi considerada aprovada.

3. Comunicações

3.1. Programa IntegraBacias

Foi apresentada atualização do Programa IntegraBacias, desenvolvido conjuntamente pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL e pela SP-Águas.

Foi informado que, entre abril e o final de junho, a SEMIL concluiu documento referencial para o conteúdo dos Planos de Bacia, posteriormente aprovado pelo CORHI; encaminhou contribuições ao documento técnico da licitação elaborado pela SP-Águas; e publicou a Portaria nº 2 da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, que criou comissão consultiva de acompanhamento do Programa IntegraBacias no âmbito do COFEHIDRO.

A comissão é composta por representantes do Estado, dos municípios e da sociedade civil. Também foi informado que estava em andamento a transferência de parcela dos recursos do FEHIDRO para a conta da SP-Águas, com vistas ao avanço da estratégia de institucionalização do planejamento integrado.

Pela SP-Águas, foi comunicada a conclusão do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e dos demais documentos necessários à licitação. Informou-se que estavam sendo adotados os procedimentos administrativos para publicação do edital, seleção da empresa vencedora e posterior assinatura do contrato, com previsão de conclusão ainda neste ano.

3.2. Capacita-SIGRH

Foi comunicada a publicação, em 14 de abril, da primeira portaria da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico estabelecendo critérios para seleção dos interessados nos cursos livres e nas pós-graduações financiados pelo Programa Capacita-SIGRH.

Foi ressaltado que a medida busca assegurar transparência e equidade no acesso aos recursos destinados à capacitação.

Também foi informado que a Secretaria Executiva do CRH realizou, em 11 de maio, reunião com os coordenadores das Câmaras Técnicas, com o objetivo de acompanhar a execução dos respectivos planos de trabalho, discutir mecanismos de monitoramento e qualificar a participação dos representantes.

3.3. Guia para elaboração de notas técnicas

Foi destacada a elaboração, pela CTAJI, de um guia prático para elaboração de notas técnicas, destinado a padronizar a instrução das matérias submetidas à apreciação do CRH. O material foi desenvolvido a partir de workshop realizado na Diretoria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico – DRHI, com participação da Consultoria Jurídica, buscando aperfeiçoar a qualidade técnica e a estrutura jurídica dos documentos que subsidiam as deliberações do Conselho.

Também foi informado que foram padronizados os procedimentos e fluxos para encaminhamento de matérias à deliberação do Pleno.

3.4. Fórum Brasil das Águas

Foi registrada a participação da SEMIL no 3º Fórum Brasil das Águas, realizado de 4 a 8 de maio, em São Luís, Maranhão. Por meio do Programa Capacita-SIGRH, foram levados ao evento dez servidores de instâncias executivas do SIGRH.

3.5. Consulta pública sobre o Regimento dos Conselhos Deliberativos de Saneamento da URAE II

Foi comunicada a realização de consulta pública sobre o Regimento dos Conselhos Deliberativos de Saneamento da URAE II, com prazo para contribuições até 3 de agosto, sendo os conselheiros convidados a conhecer o documento e apresentar eventuais contribuições.

3.6. Preenchimento das vagas do segmento Estado nos Comitês de Bacia

Foi informado que havia sido concluído o procedimento de indicação para preenchimento das vagas ainda existentes do segmento Estado nos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Foram oficiadas as instituições responsáveis pelas indicações e encaminhados os nomes para preenchimento das vagas remanescentes.

3.7. Projeto de Lei nº 4.546/2021 – Novo Marco Hídrico

Foi informado que o Estado de São Paulo vem participando do Grupo de Trabalho responsável pela rediscussão do Projeto de Lei nº 4.546/2021, relativo à Política Nacional de Infraestrutura Hídrica.

Registrou-se que as reuniões do Grupo de Trabalho ocorrem de forma frequente, com análise jurídica e de mérito dos dispositivos do projeto. Foi manifestado o compromisso de compartilhar posteriormente com o CRH a evolução das discussões e eventual minuta consolidada.

Foi sugerida a realização de reunião específica da CTAJI para apresentação do andamento das discussões e coleta de contribuições que possam subsidiar a representação do Estado no Grupo de Trabalho. A sugestão foi acolhida como encaminhamento.

3.8. Plano de Gestão Integrada de Riscos de Inundações – PGRI

Bruna Alves, Chefe da Divisão de Planejamento da SP-Águas, apresentou informações sobre o Plano de Gestão Integrada de Riscos de Inundações – PGRI.

Foi informado que o plano se encontrava em consulta pública e que sua proposta contempla a definição das atribuições da SP-Águas na gestão de riscos, a estruturação da articulação com outras instituições, a prevenção de sobreposição de competências e o aprimoramento da preparação e resposta a eventos hidrológicos críticos.

Foi esclarecido que a proposta prevê dois momentos de consulta pública. O primeiro refere-se à pactuação da existência e estrutura básica do plano; após essa etapa, a SP-Águas terá 180 dias para elaborar o plano propriamente dito, que será posteriormente submetido a nova consulta pública.

Foi informado que a documentação disponibilizada inclui notas técnicas, exposição de motivos, proposta de plano de ações e minuta de deliberação, tendo sido utilizada metodologia desenvolvida com apoio de consultoria especializada da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Também foi comunicada a existência de consulta pública referente à deliberação sobre segurança de barragens e penalidades, sendo solicitado o encaminhamento das informações aos Comitês de Bacia para ampliar a participação nas consultas.

4. Manifestações dos Conselheiros – Comunicações e Assuntos Institucionais

Renato Veneziani comunicou a realização, em novembro, do quinto Simpósio de Integração dos Comitês, sediado pelo CBH-PS, em Taubaté, envolvendo os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Também solicitou atualização sobre o processo de atualização da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no âmbito do sistema do Paraíba do Sul.

Foi ainda registrado agradecimento à SP-Águas pelo empenho na recuperação do site do Comitê, que se encontrava indisponível desde março, com prejuízo ao acesso ao histórico e aos documentos anteriormente disponibilizados.

Em resposta, foi informado que a questão da cobrança estava sendo tratada junto à Casa Civil. Quanto ao site, foi informado que estavam sendo adotadas providências junto à Prodesp para restabelecimento do serviço e recuperação do histórico.

4.1. Agenda regulatória e participação das Câmaras Técnicas

Alexandra Facciolli Martins destacou a importância do PGRI e da agenda regulatória da SP-Águas, especialmente quanto à necessidade de participação qualificada das Câmaras Técnicas e do próprio CRH nas consultas públicas e na análise de atos normativos.

Propôs que se avaliasse a incorporação de temas da agenda regulatória da SP-Águas aos planos de trabalho das Câmaras Técnicas do CRH, possibilitando maior integração entre as instâncias técnicas e o Conselho.

A sugestão foi considerada pertinente, sendo indicada a possibilidade de alinhamento entre as Câmaras Técnicas, a DRHI e a SP-Águas.

4.2. Plano de Longo Prazo de Oferta Hídrica e Contingência – PLPOHC da URAE I

Amauri Pollachi informou que a SABESP havia disponibilizado o Plano de Longo Prazo de Oferta Hídrica e Contingência – PLPOHC da URAE I – Sudeste.

Considerando a abrangência do plano, que envolve 371 municípios e aproximadamente 31 milhões de habitantes, defendeu que o documento fosse objeto de análise pelo CRH e pela SP-Águas, diante de possíveis impactos relacionados ao uso dos recursos hídricos, à saúde pública e à preservação ambiental.

Foi ressaltada a necessidade de acompanhamento institucional do plano, inclusive diante do cenário de mudanças climáticas e de segurança hídrica.

Em manifestação complementar, foi esclarecido que o plano foi aprovado pela ARSESP no âmbito das obrigações contratuais, existindo também estrutura de acompanhamento envolvendo a URAE, a ARSESP e a SP-Águas.

Ficou encaminhada a realização, em uma próxima reunião do CRH, de apresentação técnica e institucional do PLPOHC, com participação da URAE I e da SABESP.

5. Consulta sobre a Composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas

Camila Vecchi, Coordenadora da CTAJI, apresentou os resultados da consulta realizada junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica sobre a composição e representação dos segmentos no SIGRH.

Foi informado que a consulta teve origem no plano de trabalho da CTAJI e nas discussões decorrentes de ações civis públicas envolvendo cinco Comitês de Bacia, cujas decisões judiciais produziram entendimentos distintos quanto à composição dos colegiados.

Previamente à consulta, foi elaborada nota técnica pela Subsecretaria de Recursos Hídricos e realizada consulta à Procuradoria-Geral do Estado – PGE. Segundo informado, o Parecer CJ SEMIL/42/2026 assentou o entendimento quanto à legalidade do modelo estadual e à autonomia estadual para disciplinar a composição dos Comitês.

A CTAJI elaborou questionário encaminhado aos 21 Comitês de Bacia, tendo recebido respostas de 17 deles.

5.1. Resultados apresentados

Foi informado que as respostas apontaram, de forma recorrente, a importância das Câmaras Técnicas para o amadurecimento das discussões e a participação dos diferentes segmentos.

Também foram relatadas dificuldades de participação relacionadas à falta de recursos para custeio, diárias, deslocamentos e infraestrutura para reuniões híbridas, especialmente no caso dos municípios e da sociedade civil.

Quanto à representação dos segmentos, foram apresentados dados referentes à participação, frequência e capacidade técnica.

Sobre eventual redução da representação municipal, foram apontados como possíveis impactos negativos a perda de representatividade territorial, especialmente para municípios menores, e dificuldades de articulação entre a gestão de recursos hídricos e a gestão territorial.

Como impactos positivos, foram apontados o fortalecimento da visão regional das bacias, maior participação de órgãos com atuação direta em recursos hídricos e meio ambiente e ampliação do espaço para outros atores.

Quanto à ampliação da participação da sociedade civil, foram destacados como possíveis benefícios o fortalecimento da participação e do controle social, maior diversidade de perspectivas, transparência e legitimidade das decisões.

Como possível impacto negativo, foi mencionada a dificuldade, em determinadas bacias, de identificar entidades da sociedade civil em número suficiente para ocupar novas vagas e assegurar participação contínua.

Quanto ao posicionamento dos Comitês sobre a revisão da proporção entre os segmentos, foram registradas quatro manifestações contrárias, três favoráveis, uma indiferente e nove sem posição clara.

Diante dos resultados, a CTAJI informou que não propunha, naquele momento, alteração legislativa uniforme ou automática do modelo de composição, por entender que as respostas não constituíam diagnóstico suficientemente consolidado para tanto.

Como possíveis encaminhamentos, foram indicados estudo de alternativas de custeio e infraestrutura, especialmente para os municípios; qualificação técnica dos segmentos; estruturação

de uma frente de qualificação; elaboração de plano de implementação; e continuidade da reflexão no âmbito do CRH.

5.2. Manifestações dos conselheiros

Diversos conselheiros manifestaram-se sobre a metodologia da consulta e sobre os possíveis modelos de composição dos Comitês.

Amauri Pollachi observou que, em diversos casos, as respostas encaminhadas pelos Comitês não necessariamente representaram deliberação formal de seus respectivos plenários. Apresentou como referência levantamento realizado pela FABHAT, baseado no histórico de participação dos segmentos em plenárias e Câmaras Técnicas ao longo de aproximadamente dez anos, sugerindo que metodologia semelhante pudesse ser utilizada em outros Comitês.

Também apontou que a ausência de entidades da sociedade civil pode estar relacionada a barreiras de participação e critérios de enquadramento dos segmentos.

Marcelo Manara destacou a necessidade de ampliar o engajamento dos municípios e da sociedade civil nos Comitês de Bacia e de melhorar a comunicação sobre a importância desses colegiados para a governança dos recursos hídricos.

Alexandra Facciolli Martins destacou os aspectos jurídicos relacionados à composição dos Comitês, mencionando as decisões judiciais que apontam para a limitação da participação do poder público a 50% da composição, nos termos da legislação federal. Alertou para os riscos de judicialização e para a necessidade de se considerar a situação antes do processo de renovação dos Comitês previsto para 2027.

Também destacou que o conceito de sociedade civil deve abranger universidades, institutos de pesquisa, usuários agrícolas e industriais, setor da construção e entidades ambientais e de recursos hídricos.

Ela ressaltou a necessidade de evitar a existência de diferentes modelos de composição no Estado de São Paulo e sugeriu reflexão sobre eventual revisão legislativa mais ampla.

Elaine Aparecida Maduro Costa, representante da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, informou que o questionário não havia sido submetido formalmente ao plenário do CBH-MOGI e defendeu que os Comitês fossem novamente consultados de maneira formal e colegiada.

Hélio Suleiman ressaltou que a questão central deveria ser a qualificação das discussões e não apenas a proporção numérica entre os segmentos, defendendo o fortalecimento da capacitação e da qualidade dos debates.

Alexandre Luis Almeida Vilella, representante do CIESP, manifestou preocupação com a possibilidade de coexistência de diferentes modelos de composição no Estado e destacou a importância de o próprio Sistema de Recursos Hídricos buscar consensos antes que decisões externas sejam impostas.

Renato Veneziani afirmou que a consulta realizada deveria ser considerada uma consulta administrativa, e não uma manifestação formal dos plenários dos Comitês, e declarou apoio à alteração para adequação ao modelo federal.

Rogério Dias Correia chamou atenção para os aspectos jurídicos e constitucionais da matéria. Também questionou a metodologia estatística utilizada na consulta, propondo que fosse disponibilizada para análise técnica.

Camila Vecchi esclareceu que a consulta tinha por objetivo principal subsidiar a discussão do Pleno, e não constituir, isoladamente, uma decisão definitiva. Manifestou abertura para receber contribuições metodológicas e reconheceu a importância de respostas produzidas efetivamente pelos plenários dos Comitês.

5.3. Encaminhamento sobre a composição dos Comitês

Após as manifestações, foi discutida a possibilidade de realização de nova consulta aos Comitês ou de encaminhamento da discussão diretamente aos conselheiros.

Considerando a proximidade do processo eleitoral dos Comitês e a necessidade de evitar novos atrasos, foi sugerido que a discussão prosseguisse no próprio Pleno do CRH.

A proposta foi submetida à apreciação e aprovada, ficando definido que a discussão sobre a composição dos Comitês de Bacia será aprofundada no âmbito do Pleno do CRH, com previsão de continuidade na reunião de setembro.

Também foi indicada a consulta individual aos conselheiros, para consolidação das respectivas manifestações e apresentação na próxima reunião.

6. Deliberação CRH Nº 307 – PROGESTÃO

Foi apresentada a Deliberação CRH nº 307, que aprova o quadro de metas, o Plano de Aplicação Plurianual dos Recursos Financeiros, o Plano Plurianual de Capacitação em Recursos Hídricos, a autoavaliação das metas estaduais de gestão e investimentos e demais documentos relacionados ao Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO, referente ao terceiro ciclo, de 2025 a 2029.

Bruno Franco Souza apresentou a contextualização do programa, desenvolvido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, com participação dos Estados.

Foi explicado que o programa busca incentivar o fortalecimento institucional dos sistemas estaduais de recursos hídricos mediante o cumprimento de metas.

Foram apresentados os papéis da ANA, do CRH e da SEMIL e de seus órgãos vinculados, bem como as metas de cooperação federativa e as metas de gestão estadual.

Foi informado que o terceiro ciclo enfrentou incertezas decorrentes de restrições orçamentárias da ANA, mas sua continuidade foi confirmada em março de 2026.

Também foi informado que os recursos previstos para o terceiro ciclo passaram de até R$ 1,4 milhão por ano para até R$ 700 mil por ano.

Foi destacado que os recursos recebidos no âmbito do programa estão alinhados ao Capacita-SIGRH, contemplando ações de capacitação, cursos livres, pós-graduações e eventos relacionados à gestão de recursos hídricos.

Não havendo manifestações contrárias ou pedidos de esclarecimento, a Deliberação CRH nº 307 foi aprovada.

7. Deliberação CRH Nº 308 – Alteração do Prazo dos Mandatos dos Comitês de Bacia

Na sequência, foi apresentada a Deliberação CRH nº 308, que altera a Deliberação CRH nº 02/1993, responsável por estabelecer normas gerais para composição, organização, competência e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

A proposta tem como principal objetivo ampliar de dois para quatro anos o mandato dos membros dos Comitês de Bacia Hidrográfica, alinhando-o ao ciclo eleitoral municipal.

Foi esclarecido que a alteração não será aplicada imediatamente à eleição prevista para 2027. Excepcionalmente, o mandato decorrente da eleição de 2027 terá duração de dois anos, encerrando-se em 31 de março de 2029.

Os Comitês deverão promover a adequação de seus estatutos até 31 de dezembro de 2028. A partir de março de 2029, passará a vigorar integralmente o mandato de quatro anos, permitida a recondução.

Entre as justificativas apresentadas para a alteração, destacaram-se:

· alinhamento ao ciclo eleitoral municipal;

· maior continuidade dos trabalhos dos Comitês;

· maior prazo para execução dos planos de trabalho das Câmaras Técnicas;

· redução dos custos materiais, humanos e financeiros dos processos eleitorais; e

· redução do impacto dos processos eleitorais sobre a continuidade das atividades dos colegiados.

7.1. Manifestações sobre a Deliberação nº 308

Renato Veneziani sugeriu que o atual mandato pudesse ser prorrogado por mais dois anos, possibilitando que, nesse período, fosse definida também a questão da composição dos Comitês.

A Secretaria Executiva esclareceu que essa possibilidade havia sido discutida anteriormente, mas que havia entendimento de que seria inadequado alterar o mandato de representantes que haviam assumido compromisso com o prazo originalmente estabelecido.

Alexandra Facciolli Martins sugeriu que a alteração do prazo dos mandatos pudesse ser analisada conjuntamente com a discussão sobre a composição dos Comitês, considerando que ambas as matérias envolvem a revisão dos estatutos.

Alexandre Vilella manifestou apoio à ampliação dos mandatos para quatro anos, ressaltando os benefícios relacionados à continuidade dos trabalhos e à redução do esforço administrativo decorrente dos processos eleitorais. Defendeu, contudo, que permanecesse ativa a discussão sobre a composição dos Comitês.

Manara destacou os benefícios da continuidade para os municípios, especialmente considerando o grande número de colegiados dos quais os representantes municipais participam.

Foi ainda sugerida a avaliação da criação de um cadastro estadual de entidades para facilitar e racionalizar os procedimentos de habilitação dos participantes dos Comitês, sem prejuízo da autonomia de cada colegiado.

Após as manifestações, a Deliberação CRH nº 308 foi submetida à votação e aprovada.

Ficou consignado que a Secretaria Executiva deverá comunicar os Comitês acerca da alteração após a publicação da deliberação no Diário Oficial, de modo que os colegiados possam se organizar para o novo ciclo.

8. Alteração dos Mandatos do CRH e das Câmaras Técnicas

Após a aprovação da Deliberação nº 308, foi informado que a SEMIL encaminhará proposta de decreto para alteração, de dois para quatro anos, dos mandatos dos membros do Pleno do CRH e das Câmaras Técnicas. Foi esclarecido que essa matéria não integra a Deliberação nº 308 porque a competência para definição dos mandatos do CRH e das Câmaras Técnicas é distinta daquela atribuída ao CRH para tratar dos mandatos dos Comitês de Bacia.

9. Assuntos Gerais

9.1. Deliberação nº 180 e cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Hélio Suleiman solicitou a prorrogação, por uma semana, do prazo para manifestação sobre a Deliberação nº 180, relativa à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, considerando que o CBH-Alto Tietê ainda estava consolidando as contribuições de suas Câmaras Técnicas. O pedido foi acolhido.

9.2. Reúso de água e articulação entre CNRH e CONAMA

Manara informou que está em discussão, no âmbito federal, regulamentação conjunta entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA sobre reúso de água.

Sugeriu que o tema fosse posteriormente apresentado e discutido no CRH. Foi destacado que se trata de iniciativa inédita de articulação entre os dois Conselhos Nacionais.

Marcela informou que participa das discussões no âmbito do CNRH e que a matéria já vem sendo acompanhada internamente pela SEMIL, inclusive pela Diretoria de Saneamento Básico e pela CETESB.

9.3. Qualidade dos efluentes e Resolução CONAMA nº 430/2011

Manara informou sobre estudos financiados pelo FEHIDRO e apresentados pela CETESB relativos à presença de contaminantes no ambiente hídrico.

Também mencionou a discussão sobre a revisão da Resolução CONAMA nº 430/2011, relativa às condições e aos padrões de lançamento de efluentes.

Ressaltou a necessidade de atenção tanto à disponibilidade quantitativa quanto à qualidade dos recursos hídricos.

9.4. Super El Niño, segurança hídrica e gestão de riscos

Foi destacada a necessidade de preparação do Estado e dos municípios para os possíveis efeitos de eventos climáticos extremos associados ao fenômeno denominado Super El Niño.

Foi mencionada reunião realizada em São José dos Campos, com participação do CEMADEN e de representantes municipais, destinada a discutir os possíveis impactos do fenômeno, especialmente o aumento de ondas de calor e da demanda por água em regiões submetidas a estresse hídrico.

Foi sugerida a realização de reunião conjunta entre o Conselho Municipal e o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas para apresentação das medidas de prevenção, preparação e resposta adotadas pelo Estado.

9.5. Transposição Jaguari–Atibainha e segurança hídrica do Vale do Paraíba

Foi discutida a suplementação de 3,3 m^3/s da Bacia do Jaguari para o Sistema Cantareira.

Foi solicitada a apresentação ao CRH dos estudos que fundamentam a segurança hídrica para jusante e dos impactos da transposição sobre os usos múltiplos do reservatório.

Também foi solicitado maior acesso às informações relacionadas às decisões e estudos sobre a transposição, inclusive para que os representantes possam informar adequadamente os municípios da Bacia do Paraíba do Sul.

9.6. Atualização dos valores de cobrança e APRM Jaguari

Foi solicitada a priorização, junto ao Governo do Estado, da atualização dos valores relativos à cobrança pela captação de água, cuja tramitação já teria ultrapassado as instâncias técnicas competentes.

Também foi mencionada a necessidade de continuidade da tramitação da legislação referente à Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais – APRM Jaguari.

9.7. Irriga Show 2026

Vitor Pereira Pinto, representante da Associação do Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha – ASPIPP, convidou os conselheiros para o Irriga Show 2026, realizado de 26 a 28 de agosto.

Foi informado que a SP-Águas participará do evento em painel sobre gestão integrada de recursos hídricos.

9.8. Plano de Gestão de Riscos do CEIVAP

Elias Adriano informou que o CEIVAP possui Plano de Gestão de Riscos para a Bacia do Paraíba do Sul, abrangendo 184 municípios e elaborado com participação dos três Estados da Bacia, Defesa Civil e outros atores.

Foi sugerida a divulgação desse material e sua utilização como referência para outras iniciativas de gestão de riscos.

9.9. Integração entre CEIVAP, SP-Águas e SEMIL

Elias destacou ainda importância de fortalecer a articulação entre o Comitê, a SP-Águas e a SEMIL. Anderson Esteves informou que havia tratativas para aprofundar essa integração e sugeriu a realização de reunião envolvendo os representantes do CEIVAP, da SP-Águas e do Estado de São Paulo.

9.10. Apresentação do PLPOHC da URAE I/SABESP

Ao final dos assuntos gerais, foi reiterado o compromisso de incluir em uma próxima reunião do CRH uma apresentação técnica e institucional do Plano de Longo Prazo de Oferta Hídrica e Contingência – PLPOHC da URAE I – Sudeste, com participação da URAE I e da SABESP.

Também foi destacada a necessidade de discutir, de forma mais ampla, as medidas estaduais de contingência e preparação para eventual agravamento das condições climáticas e hídricas.

10. Encaminhamentos Consolidados

Ao longo da reunião, foram registrados os seguintes principais encaminhamentos:

1. aprofundar, no Pleno do CRH, a discussão sobre a composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

2. acompanhar a discussão do PL nº 4.546/2021 e compartilhar com o CRH sua evolução;

3. avaliar reunião da CTAJI para discussão do PL nº 4.546/2021;

4. incorporar, quando pertinente, temas da agenda regulatória da SP-Águas aos planos de trabalho das Câmaras Técnicas;

5. encaminhar aos Comitês informações sobre as consultas públicas relativas ao PGRI e à segurança de barragens;

6. realizar apresentação do PLPOHC da URAE I/SABESP em reunião do CRH;

7. acompanhar a tramitação da legislação referente à APRM Jaguari;

8. divulgar aos Comitês a aprovação da Deliberação CRH nº 308 após sua publicação no Diário Oficial;

9. promover a adequação dos estatutos dos Comitês de Bacia ao novo prazo de mandato;

10. encaminhar proposta de decreto para alteração dos mandatos dos membros do CRH e das Câmaras Técnicas;

11. avaliar a criação de mecanismo estadual de cadastro e habilitação de entidades para participação nos Comitês;

12. acompanhar as discussões nacionais sobre reúso de água e eventual resolução conjunta CNRH-CONAMA;

13. avaliar a apresentação ao CRH dos resultados e encaminhamentos relacionados às discussões federais sobre reúso e qualidade dos efluentes; e

14. prorrogar por uma semana o prazo para manifestação sobre a Deliberação nº 180.

11. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, foram registradas as manifestações, solicitações e propostas apresentadas pelos conselheiros e participantes.

O Subsecretário Cristiano Kenji agradeceu a presença de todos e destacou que os pedidos apresentados seriam encaminhados às áreas competentes.

Reiterou-se o compromisso da Secretaria Executiva de levar à próxima reunião as informações e os encaminhamentos assumidos durante o encontro.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, ficando prevista, de forma preliminar, a próxima reunião do CRH para 24 de setembro, sujeita à confirmação pela Pasta.

MARCELA NECTOUX
Secretária Executiva
Conselho Estadual de Recursos Hídricos